**PROCESSO**: **n º** 2000-016378/2014

**INTERESSADO:** HOSPITAL GERAL DO ESTADO - HGE

**ASSUNTO:** REQUERIMENTO

**DETALHES:** SOL. AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

Trata-se do Processo Administrativo nº 2000-016378/2014 em 01 (um) volume, com 39 (trinta e nove) fls., que versa sobre aquisição de gêneros alimentícios, para atender as necessidades do HGE, conforme o exposto na CI. Nº 599/190/2014, 20 de junho de 2014, da Gerente Administrativa e da Diretora da citada unidade hospitalar e de acordo com o descrito no termo de referência anexado aos autos deste processo (fls. 02 e 04).

Ressalte-se que a empresa fornecedora dos materiais supramencionados foi a **RE COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA (CNPJ-05.901.112/0001-37)**, cujo valor de pagamento está orçado em **R$5.736,00 (cinco mil, setecentos e trinta e seis reais)**.

A contratação encontra-se sob escopo do art. 24, da Lei nº 8666/93. Entretanto, a presente análise versa sobre a adoção dos procedimentos previstos na legislação de regência, em exercício da missão institucional deste órgão de controle.

Nesse sentido, em atendimento ao Despacho, de 15 de setembro de 2017, do Secretário de Estado da Saúde (fls. 38-verso) e à determinação emanada do Gabinete da Controladora Geral do Estado (fls. 39), passamos à análise técnica dos autos, que se restringiu à instrução do processo de despesa, **no que se refere ao cumprimento das fases da despesa pública, explicitado na Lei Federal nº 4.320/64, além da obediência aos princípios constitucionais aplicáveis à Administração Pública.** Descreve-se a seguir o resultado do exame efetuado no referido processo.

**1 – COTAÇÕES DE PREÇOS** – Consta a apresentação de cotações de preços, conforme discriminação adiante, envolvendo as seguintes empresas (fls.12/14):

1. R E COM. E REPRES. LTDA – ME (CNPJ – 05.901.112/0001-37) = R$5.736,00.
2. F. RAMIRES DOS SANTOS – EPP (CNPJ-05.945.131/0001-65) = R$6.022,80.
3. PERFIL COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. (CNPJ-12.498.804/0001-41) = R$6.322,80.

**2 – FRACIONAMENTO DE DESPESAS** – Com base em exposto no SIAFEM, a empresa R E COM. E REPRES. LTDA – ME (CNPJ-05.901.112/0001-37), auferiu do Estado de Alagoas em 2014, através da SESAU, o montante de R$1.058.679,76 (hum milhão, cinquenta e oito mil, seiscentos e setenta e nove reais e setenta e seis centavos), distribuídos em inúmeras ordens bancárias, com todas abaixo do limite de dispensa de licitação, em razão do valor (R$8.000,00).

**2 – APRESENTAÇÃO DO CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL ANTES DA CONTRATAÇÃO** - Verifica-se a apresentação do Certificado de Registro Cadastral – CRC (fl. 28), com assinatura da servidora Audinez de Souza, com validade até 05/12/2014, em substituição aos documentos enumerados nos arts. 28 a 31 da Lei nº 8.666/83, conforme determina o art. 32, §§ 2º e 3º, da mesma Lei.

Observa-se, ainda, o despacho (fl. 29) de lavra da servidora, que responde pelo Setor de Cadastro, Averiguação de Preços e Regularidade de Empresas – SECAPRE, Janaina Lopes de Oliveira Pedroza, informando que a empresa se encontra em situação de **IDONEIDADE FISCAL REGULAR**.

Não é possível comprovar, nos autos do processo, a competência da SESAU para emissão de Certificado de Registro Cadastral – CRC, no âmbito estadual. Desta forma, reitera-se a ausência dos documentos de regularidade fiscal e habilitação jurídica descritos nos **artigos 28 a 31 da Lei nº 8.666/93.**

**3 – AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO –** Verifica-se que foi acostado aos autos a AUTORIZAÇÃO para aquisição emitida pela Superintendente de Atenção à Saúde, baseada na Portaria nº 91, de 17.04.2013, de lavra do Secretário Estadual e Saúde, onde delega poderes para que possa atuar como ordenadora de despesas, conforme documento as folhas 20. Em análise ao Diário Oficial do Estado de Alagoas – DOEAL, publicado em 18.04.2013, constata-se a publicação da Portaria nº 91/2013.

**4 – NOTA DE EMPENHO** - Destaca-se que a emissão da Nota de Empenho (**2016NE19715**), às fls. 22, possui a assinatura da Secretária Adjunta de Estado da Saúde - SESAU, da ordenadora de despesa, bem como do Coordenador Especial e da Coordenadora Setorial de Gestão Financeira.

**5 – CERTIDÕES DE REGULARIDADE –** Em análise aos documentos apensados aos autos às folhas, observa-se a inexistência das Certidões de Regularidade da Empresa **RE COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA (CNPJ nº 05.901.112/0001-37)**.

**6 – LIQUIDAÇÃO DA DESPESA -** Conforme determina a Lei Federal nº 4.320/64, arts. 62 e 63, a empresa **RE COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA (CNPJ-05.901.112/0001-37)**, apresentou o Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica - DANFE **nº 000001.045** (à fl. 26), datado de 17/11/2014, no valor de R$5.736,00 (cinco mil, setecentos e trinta e seis reais), o que, em princípio, comprova o direito adquirido em receber o respectivo crédito, possibilitando a seguinte verificação: a) a origem e o objeto que se deve pagar; b) a importância exata a pagar; c) a quem se deve pagar a importância para extinguir a obrigação. O documento comprobatório do respectivo crédito encontra-se devidamente atestada pela Nutricionista, Ana Marta de Barros, com a data de 19/11/2014.

**7 – DO ATENDIMENTO AO DECRETO ESTADUAL Nº 51.828/2017** – Observou-se o não cumprimento ao que determina o art. 48, §1º, I ao IV, do Decreto Estadual nº 51.828/2017, quanto ao ato de reconhecimento da divida onde o gestor deve informar:

1. Se existe dotação orçamentária suficiente para a realização do empenho e liquidação no SIAFEM;
2. A estimativa do impacto orçamentário-financeiro da dívida a ser reconhecida no orçamento vigente e posteriores, considerando os limites estabelecidos na programação orçamentária e financeira para o exercício;
3. Declaração do ordenador da despesa de que o reconhecimento da dívida é exequível na execução orçamentária e financeira para o exercício vigente e seu impacto na execução orçamentária e financeira não impedirá ou prejudicará o funcionamento das atividades do órgão ou da entidade até o final do exercício sem aumento na dotação disponível;
4. Da indicação das causas que levaram ao não pagamento da dívida nos exercícios anteriores.

**8 - DA AUSÊNCIA DE CONTRATO –** Conforme informação do Setor de Contratos (fl. 35), de acordo com o contido no DESPACHO – SETCON, de 12 de julho de 2017, da Assessoria Técnica de Contratos, **INEXISTE** contrato firmado entre a SESAU e a empresa **RE COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA**.

**9 - DA ANÁLISE JURÍDICA –** No contexto do processo INEXISTE parecer da Procuradoria Geral do Estado – PGE, que trata do que expõe a Lei Complementar Estadual nº 07/1991, no que concerne ao ***controle interno da legalidade e da moralidade administrativa, procedendo ao exame de todo e qualquer documento público, e a propositura de anulação de ato administrativo que se torne lesivo ao interesse público, ou afrontoso aos princípios da moralidade ou da legalidade administrativa, sem prejuízo da competência dos órgãos técnicos*.**

De toda a explanação e detalhamento processual, alertem-se para a necessidade de informações, quais sejam:

**I. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO** – Diante da prática de pagamento por indenização, torna-se premente que se apure a boa fé do particular contratado, mediante instauração de processo administrativo, no âmbito da SESAU, em obediência ao art. 2º, parágrafo único, inciso IV, da Lei Estadual nº 6.161/2000.

**II. CONDUTA DOS AGENTES PÚBLICOS** – De acordo com o contido no **Item I urge** que se apure a conduta dos agentes públicos que, omissivamente ou comissivamente, tenha concorrido para a prática de ilícitos contra a Administração Pública, em obediência ao art. 2º, parágrafo único, inciso IV, da Lei Estadual nº 6.161/2000 e também ao contido no art. 59, parágrafo único da Lei nº 8.666/93.

**III. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA -** Que seja atualizada a dotação orçamentária a ser utilizada para a despesa requerida.

**IV. DAS CERTIDÕES** – Quando do pagamento, que as certidões referentes à regularidade fiscal sejam acostadas aos autos em atendimento à legislação pertinente.

**V. DO CUMPRIMENTO DAS DETERMINAÇÕES CONTIDAS NO ART. 48 DO DECRETO Nº 51.828/2017 –** Que sejam juntados aos autos as declarações e documentos relacionados no art. 48 do referido Decreto Estadual, conforme já citado no Item 7.

Assim, sugere-se o retorno dos autos à Secretaria de Estado da Saúde – SESAU para solução das pendências apontadas nos itens I a V, ato contínuo, que a Secretaria promova o reconhecimento da dívida à empresa **RE COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA (CNPJ-05.901.112/0001-37)**, mediante publicação do ato, conforme art. 48, § 3º do referido decreto.

Maceió-AL, 01 de novembro de 2017.

Carlos Alberto da Silva

**Assessora de Controle Interno/ Matrícula nº 115-5**

Acolho o Parecer.

À superior consideração.

Adriana Andrade Araújo

**Superintendente de Auditagem/Matrícula n° 113-9**